

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2020.

À Comissão Nacional de Residência Médica
Diretoria de Desenvolvimento de Educação em Saúde
Ministério da Educação – MEC

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) tem enfrentado inúmeros desafios na implementação dos Programas de Residência Médica (PRM), em especial ao longo dos últimos anos, desde que os PRMs em Pediatria passaram de dois para três anos. No entanto, sempre houve a convicção de que é tangível a superação dos objetivos impostos pela nova regra por meio do comprometimento e empenho de todos os envolvidos.

Recentemente, temos acompanhado um episódio na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre (RS), onde esse empenho é exigido. No início de 2020, a SBP recebeu com preocupação o informe de fechamento da área Materno-Infantil do Hospital São Lucas, ligado àquele centro de ensino. Tal Instituição tem histórico e tradição dentro da pediatria brasileira, tendo contribuído com a formação de lideranças médicas reconhecidas nos cenários nacional e internacional.

Ressalte-se que a instituição abriga um dos Programa de Pós-Graduação *stricto-senso* em pediatria com melhor avaliação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo um dos mais antigos do estado, contando com notório reconhecimento por sua alta qualidade e competência de seu corpo docente na formação médica.

Note-se que o Hospital São Lucas reestruturou seu Programa de Residência em Pediatria, em decorrência do fechamento de suas unidades de Internação Pediátrica. Contudo, ao buscar alternativas para se alinhar às exigências do processo de formação na Residência Médica em Pediatria, com o apoio da PUC-RS, preservou seu corpo docente e manteve ativa todas as suas estruturas ambulatoriais, incluindo as localizadas dentro do campus.

Assim, essas iniciativas dão à SBP a convicção de que o caminho trilhado pela PUCRS tem como meta o fortalecimento de seu Programa de Residência Médica em Pediatria, a partir de investimentos em sua estrutura física e recursos humanos envolvidos. Isso demonstra responsabilidade e dedicação da instituição para com seus alunos e a comunidade médica local.

Diante do exposto, a SBP, respeitosamente, solicita à Comissão Nacional de Residência (CNRM) que reconsidere o resultado da diligência imposta ao PRM em Pediatria da PUC-RS (sem prejuízo de manter o monitoramento sobre o processo de formação da unidade), por entender que já foram tomadas as medidas para sua adequação às exigências do Ministério da Educação. Ademais, a manutenção dos termos atuais pode acarretar grande prejuízo para a formação de novos pediatras na Região, dada a impossibilidade de selecionar novos residentes para o ano de 2021.





Confiante de que esse pleito será analisado em função de suas diversas implicações, a SBP saúda a CNRM pelo seu trabalho e se coloca à disposição para contribuir com o projeto comum de qualificação na formação de especialistas.

Sem mais para o momento, manifestamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Luciana Rodrigues Silva
Presidente da SBP

